

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v20i36.1063>

**PARA QUE SERVE A HISTÓRIA DA ÁFRICA?** Caminhos sobre sua funcionalidade na Educação Básica<sup>1</sup>

**WHAT IS THE HISTORY OF AFRICA FOR?** Routes for its functionality in Basic Education

**¿PARA QUÉ SIRVE LA HISTORIA DE ÁFRICA?** Caminos sobre su funcionalidad en la Educación Básica

ELOY BARBOSA DE ABREU

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3189-5113>

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Professor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Caxias/ Maranhão/Brasil

[eloyabreuclio@gmail.com](mailto:eloyabreuclio@gmail.com)

RAFAELLA BARBOSA GOMES

ORCID: <http://orcid.org/0009-0000-8816-762X>

Doutoranda em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

São Luís/Maranhão/Brasil

[rafaellabggomes@gmail.com](mailto:rafaellabggomes@gmail.com)

**Resumo:** No presente artigo objetivamos responder a um questionamento aparentemente simples, mas com uma profundidade epistemológica para a História e seu ensino. Para tanto, a discussão é iniciada sobre o conceito de História e qual a sua funcionalidade, tendo como base uma lógica tradicional e a concepção de História para os africanos. Por seguinte, fazemos uma abordagem sobre as tradicionais correntes historiográficas, *Positivismo*, *Marxismo* e *Escola dos Anales*, relacionando-as com a História da África, compreendendo que a História do continente africano não pode ser reduzida às correntes historiográficas tradicionais, mas sim como essas abordam a temática. Por último, apresentamos o pensamento decolonial como uma possibilidade de abordagem que representa a luta contra a lógica da colonialidade na História da África.

**Palavras-chave:** História da África. Correntes historiográficas. Decolonialismo.

**Abstract:** In this article we aim to answer an apparently simple question, but with an epistemological depth for History and its teaching. To this end, the discussion begins on the concept of History and what its functionality is, based on a traditional logic and the conception of History for Africans. Next, we approach the traditional historiographic trends, Positivism, Marxism and the Anales school, relating them to the History of Africa, understanding that the History of the African continent cannot be reduced to traditional historiographic trends, but rather as to how they address this topic. Finally, we present decolonial thinking as a possible approach that represents the struggle against the logic of coloniality in African History.

**Keywords:** History of Africa. Historiographic currents. Decolonialism.

**Resumen:** En este artículo pretendemos dar respuesta a una pregunta aparentemente sencilla, pero con una profundidad epistemológica para la historia y su enseñanza. Por lo tanto, la discusión comienza sobre el concepto de historia y cuál es su funcionalidad, a partir de una lógica tradicionalista y la

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em janeiro de 2023 e aprovado para publicação em maio de 2023.

concepción de la historia para los africanos. A continuación, nos acercamos a la tradicional corriente historiográfica: Positivismo, Marxismo y Escuela de Anales, relacionándolas con nuestro tema de investigación, entendiendo que la historia del continente africano no se reduce apenas a corrientes historiográficas tradicionales, y que depende de cómo aborden el tema. Por último, presentamos el pensamiento decolonial como un posible enfoque que representa la lucha contra la lógica de la colonialidad en la historia africana.

**Palabras clave:** Historia de África. Corrientes historiográficas. Decolonialismo.

### Encaminhamentos iniciais

O que é história? Qual o lugar da história da África na História? Quais as suas funcionalidades e problemáticas? São questionamentos que constantemente fazemos a nós, historiadores e historiadoras. O que nos distancia nos aproxima da sociedade africana no tempo histórico? Questões como essas precisam ser discutidas e repensadas ao tratamos do ofício de historiador e historiadora, do professor e da professora de história e das pesquisas e produções de história. São essas indagações que abordaremos neste artigo, com o objetivo de problematizar, debater e repensar a História da África ensinada na Educação Básica.

Problematizações relacionadas à funcionalidade da História enquanto campo do conhecimento são, por vezes, debatidas fora e dentro do campo acadêmico e da escola. Para Marc Bloch (2002) a problemática da utilidade da história no sentido do objetivo prático da palavra útil não se confunde com o de sua legitimidade, que é propriamente intelectual. Os ataques direcionados a essa ciência, colocando-a como sem solidez e sem utilidade, muitas vezes surge da tentativa de deslegitimação do seu poder de transformação social em escala universal.

A história se utiliza de termos e abordagens metodológicas que fundamentam a escrita historiográfica, segundo Koselleck (2006, p. 98): “[...] sem conceitos não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política”. Neste sentido, para além da análise dos significados da palavra *História*, iremos analisar os conceitos que estão associados à palavra, e como estes foram empregados em diferentes tempos, por diferentes sociedades para agregar posicionamentos científicos e políticos.

De acordo com Marc Bloch<sup>2</sup> (2002) a palavra *História* é bastante antiga e, ao longo do tempo, passou por mudanças de conteúdo. Para esse historiador, é errôneo dizer simplesmente que “a história é a ciência do passado” (BLOCH, 2002, p. 52), no sentido de

---

<sup>2</sup> Marc Bloch foi um renomado historiador francês que se destacou por ser um dos fundadores da Escola dos Annales. Combateu e vivenciou os horrores da Primeira e na Segunda Guerra Mundial, sendo capturado morto e fuzilado, mais deixando um grande legado para a renovação historiográfica ocidental.

que o passado por si só possa vir a ser ciência, ou a narração de acontecimentos da natureza de maneira desordenada e a conservação do nome história para os estudos sobre mudanças na duração apresentam-se como suficientes para a construção do conhecimento histórico, não sendo história a história dos historiadores, mas, sim, atribuir sentido histórico ao tempo da vida prática. Assim, para Bloch (2002) a história é uma obra remodelada pela sociedade, segundo as suas necessidades no solo em que se vive, é nesse sentido que um fato se torna, sobremaneira, histórico.

Para o historiador britânico John D. Fage<sup>3</sup> (2010, p. 2) o termo *história* não deixa de ser ambíguo, já que atualmente pode ser definido como “[...] um relato metódico de acontecimentos de um determinado período” mais no sentido mais antigo poderia ser considerado “[...] descrição sistemática de fenômenos naturais”. Esta discussão nos faz perceber como a própria concepção de História varia durante o tempo e de uma sociedade para a outra. Segundo Hama e Zerbo (2010), o homem africano enquanto histórico faz a sua história, com a sua própria concepção, e isso pode ser provado desde quando os primeiros homens africanos ao longo de milênios criaram uma sociedade autônoma, sendo testemunhas do gênio histórico de seus autores<sup>4</sup>.

Destacamos então, que a concepção de *História* para os africanos passou a ser refletida e interiorizada do seguinte modo: “[...] a concepção que os africanos possuem de sua história e da história geral foi marcada por seu singular desenvolvimento” (HAMA; KI-ZERBO, 2010, p. 23). Essa concepção singular da *História* é aparente entres os primeiros historiadores da África, Ibn Khaldun, se fosse mais conhecido pelos especialistas ocidentais, “[...] poderia legitimamente roubar de Heródoto o título de pai da História” (FAGE, 2010, p. 3). Já que o mesmo induziu uma concepção que faz da história um fenômeno cíclico, o que seria um bom modelo para grande parte da História do Norte da África. Neste sentido, percebemos que diferente da perspectiva tradicional que coloca Heródoto como o pai da História, para a História da África se tem Ibn Khaldun que apresentou uma concepção de história cíclica, e não em linha reta como na concepção tradicional.

Ao conceituar a história e seu objetivo, Bloch centra-se no homem e no tempo, assim “[...] o objetivo da história é, por natureza o homem, ou melhor, os homens no plural”

---

<sup>3</sup> John Donnelly Fage, é um historiador britânico conhecido por seu trabalho sobre a história da África. É autor de vários livros de referência, como *A Short History of Africa*, editou o monumental *Cambridge History of Africa* e fundou o *Journal of African History*, em colaboração com Roland Oliver.

<sup>4</sup> Ao se referir as diversas formas e provas da prática criativa do homem são citados exemplos como as práticas agrárias, receitas de cozinha, medicamentos da farmacopeia, direitos consuetudinários, organizações políticas, produções artísticas, celebrações religiosas e refinados códigos de etiqueta (HAMA; KI-ZERBO, 2010).

dando a ideia de diversidade, são os homens que a história quer capturar “[...] onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça” (BLOCH, 2002, p. 53).

Ainda segundo Marc Bloch (2002, p. 55): “[...] a história é a ciência dos homens, no tempo”. E de qual tempo o historiador se refere quando se produz conhecimento histórico? Não é somente o tempo da vida prática, para Bloch (2002) “o tempo é o plasma”, ou seja, o tempo é valioso, é fundamental, é no tempo que entendemos os fatos históricos, pois somente o contexto do tempo pode auxiliar-nos a compreender os acontecimentos, é necessário se atribuir sentido histórico ao tempo que é duração, é contínuo, é mudança. Nessa perspectiva, a ação de atribuir sentido histórico ao tempo da vida prática produziu caminhos historiográficos, que foram tradicionalizados por nós, historiadores e historiadoras de ofício ou formação, incluindo memórias e silenciando outras. São sobre esses percursos historiográficos e as suas relações com a História da África que tratamos no tópico seguinte.

### **Caminhos historiográficos tradicionais e a História da África**

Partindo dessa breve explicação sobre o sentido de *História*, que pode representar o início do uso da palavra e o que ela representou em diferentes concepções, seguimos para uma abordagem das correntes históricas, para que possamos entender aspectos relacionados ao conhecimento historiográfico. Segundo J. D. Fage (2010), os primeiros trabalhos sobre a História da África são tão antigos quanto o início da História escrita, sendo que os historiadores do velho mundo tomaram como referência o conjunto do mundo conhecido, que compreendia uma considerável parte do continente africano, principalmente a África ao norte do Saara, que se constituía interessante para os historiadores, assim, a História do Norte da África continuou a ser parte essencial dos estudos históricos até a expansão do Império Otomano, no século XVI.

Posteriormente, com a expedição de Napoleão Bonaparte ao Egito em 1798, essa região se tornou novamente um campo de estudos para os historiadores, e, com a expansão do poder colonial europeu no Atlântico, um ponto de vista colonialista passou a dominar os trabalhos sobre a história da porção norte da África (FAGE, 2010).

Essa História da África, que foi negligenciada, é apresentada por Curtin (2010) como um dos sintomas do domínio dos estudos históricos, o qual integra um fenômeno mais amplo, em que a dominação exercida pelos europeus reproduziu condições de um colonialismo que renegava o conhecimento de um passado, bem como de uma tomada de consciência indispensável para o estabelecimento da identidade.

Assim, várias obras nos trazem informações referentes à África, fornecidas pelos antigos autores, principalmente na região ocidental, central e meridional<sup>5</sup>. Em relação aos autores árabes, estes eram os mais bem informados, devido ao estabelecimento do comércio regular, e são essas as obras<sup>6</sup> de grande importância para a reconstituição da História da África, dos séculos IX a XV. Apesar da importância de tais documentos para historiadores modernos, coloca-se em dúvida se esses autores podem ser incluídos como historiadores da África, pela falta de um estudo sistemático (FAGE, 2010).

Essa questão faz emergir pontos que podem contribuir para o aprofundamento da escrita da História, os quais incidem diretamente nos rumos do seu ensino na Educação Básica. Portanto, para uma possível análise dessa questão, apresentamos embasamentos teórico-críticos utilizados como norteadores no sentido de estabelecer as análises sobre o conceito de *História* e como eles se encontram presentes no ensino de História da Educação Básica. Levamos em consideração a necessidade de enriquecimento da historiografia da África, como enfatizado por Fage (2010) e por Boubou Hama e J. Ki-Zerbo (2010) na *Coleção História Geral da África*<sup>7</sup>, em debate com a historiografia clássica representada por Le Goff (1990) e Marc Bloch (2002).

Para Le Goff (1990), assim como para Bloch (2002), a história não é apenas uma ciência em marcha, mas uma ciência na infância, que, apesar de velha na sua forma embrionária, tem dificuldades para adentrar o subterrâneo dos fatos e para não se deixar seduzir pela oratória e pelo senso comum. Assim, compreendemos os seus problemas, desafios, conquistas e, sobretudo, a necessidade da defesa da História, ou melhor das Histórias (no plural), apontando a História da África como um dos caminhos a serem seguidos na tentativa de decolonização da história.

Procuramos o entendimento dos paradigmas da História enquanto área do conhecimento humano, e da História da África passando pelas perspectivas *positivista*, *marxista* e da *Nova História*, compreendendo tanto que estas são consideradas importantes para a História Tradicional quanto que a história da África não se encaixa necessariamente nessas perspectivas.

---

<sup>5</sup> Segundo Fage (2010), uma certa escassez no que se refere a África Tropical, principalmente pela falta de interesse e pelos limites de contatos que podiam estabelecer através do Saara.

<sup>6</sup> As obras de homens como al-Más udi, al-Barkri, al-Idrisi, Yakut, Abu'l-Fida, al'Umari, Ibn Battuta e Hassan Ibn Mohammad al' Wuzza'n (conhecido na Europa como Leão) (FAGE, 2010, p. 2).

<sup>7</sup> Esta Coleção é fruto de uma parceria entre a UNESCO no Brasil e o Ministério da Educação para que fosse disponibilizado a sua versão em português em seus oito volumes, que tem como objetivo inicial colaborar para uma nova leitura e melhor compreensão das sociedades e cultura africanas, e demonstrar a importância das contribuições da África para a história do Mundo (HAMA; KI-ZERBO, 2010).

Para Monteiro (2007, p. 94), “[...] a própria concepção de história tem uma história”, enquanto para Bloch (2002), desde que surgiu há mais de dois milênios, ela mudou muito de conteúdo, não se fazendo necessária uma nova denominação, já que, graças à linguagem, mantemo-nos vivos, devendo nos fortalecer diante das mudanças e conquistas. A nossa relação com a História irá implicar diretamente nas práticas enquanto docentes e pesquisadores, e ao tratarmos de ensino de História na Educação Básica devemos perceber qual a concepção adotada e como essas noções influenciam nas diferentes abordagens.

A palavra história exprime, pelo menos, três significados diferentes: 1) investigação das ações realizadas pelos homens, que se esforça por se constituir em conhecimento, a ciência histórica; 2) o objeto desta investigação, as ações humanas em sua prática social; o que os homens realizam e realizaram; 3) narrativas com base ficcional (story) (MONTEIRO, 2007, p. 94).

Os significados apontados por Monteiro (2007) se aproximam de uma abordagem positivista<sup>8</sup> ante a história. Nesse tipo de abordagem, que teve como principal autor representante Leopold Von Ranke, o conhecimento histórico é abordado por meio de uma perspectiva total, como se competisse ao historiador organizar todo o passado em um tempo linear. Nesse entendimento, os documentos teriam a função de apresentar os fatos tal como ocorreram, não concernindo ao historiador qualquer problematização.

De acordo com o pensamento positivista, o historiador deve ser imparcial inexistindo interdependência entre ele e o seu objeto; a história existe em si, objetivamente e se oferece através dos documentos; os fatos devem ser extraídos dos documentos rigorosamente criticados interna e externamente e organizados em sequência cronológica. Toda reflexão teórica é nociva, pois introduz a especulação filosófica, fugindo da objetividade. A história científica, portanto, seria produzida por um sujeito neutro que evitaria hipóteses, não julgaria e não problematizaria o real. O passado seria reconstruído minuciosamente, por uma descrição definitiva, construída a partir de documentos escritos e oficiais (AZEVEDO; STAMATTO, 2010, p. 712).

Segundo Pesavento (2005), o historiador Leopold Von Ranke dota a História de uma certa imprevisibilidade, cabendo ao historiador encontrar os sentidos de cada momento, por meio da análise criteriosa dos documentos. Ranke, no seu empenho de afirmar um método científico para a História, eliminou dela as representações, pretendendo atingir a verdade do acontecido, fazendo da História a ciência do único. Com suas ideias, Ranke se voltava contra

---

<sup>8</sup> O positivismo histórico, que também é conhecido como “história tradicional”, “história positivista” e “historicismo”, tem como principal representante do Historicismo alemão Leopold Von Ranke, que aborda a História como “filosofia peculiar” desenvolvendo um método próprio sob a perspectiva indutivista, valorizando o político e as continuidades.

a filosofia da História, negando que houvesse um fio condutor ou o postulado imutável a conduzir os fatos ao longo do tempo (PESAVENTO, 2005).

Essa maneira de abordar a História à luz do pensamento positivista desproblematiza os conteúdos ensinados, o que causa um certo desinteresse, e não possibilita o despertar de um espírito crítico. Tal modelo tradicional foca o ensino de história na memorização das datas, e nos nomes dos grandes personagens – sem dúvida, dados importantes, embora, no entanto, não possibilitem a compreensão dos processos históricos, mutilando o ensino de História da Educação Básica.

Nesse paradigma cientificista da História dos séculos XVIII e XIX, a História privilegiava, exclusivamente, a dimensão política da sociedade. Desse modo, as histórias nacionais tendiam a se confundir com a história dos Estados. Portanto, nessa perspectiva, não se considerava a História da África. O filósofo Hegel foi um dos mais enfáticos em afirmar que a África não é uma parte histórica do mundo, e essa concepção prevaleceu e influenciou o pensamento sobre a História da África durante muito tempo. Outro fator que contribuiu para a referida concepção foi justificado pela suposta “ausência” de registros escritos na África. O que se conhecia sobre a História da África partia, então, dos pontos de vistas do continente europeu.

Para Fage (2010), a partir do século XV, com variedades de acordo com a região, quando começaram a entrar em contato com a extensa costa da África, os europeus foram produzindo obras literárias, que se constituem como preciosas fontes de estudos para os historiadores modernos. Mas foi a partir do século XVII que surgiram as obras<sup>9</sup> de história atualmente conhecidas referentes à História da África, em que os autores fazem relatos de acontecimentos da sua época e do período imediatamente anterior, com uma riqueza de detalhes. Antecedendo esses relatos há também as importantíssimas tradições orais, que fazem referências a períodos mais antigos em África. Dessa forma, é fundamental reconhecer a existência de tais obras, algumas em árabe, escrita por africanos, pois nos permitem uma compreensão da história, das conquistas e das dominações (FAGE, 2010).

Se não fosse por isso, não se tem como certo que esses livros tivessem encontrado compradores, pois nessa época a principal tendência da cultura europeia começava a considerar de forma cada vez mais desfavorável as sociedades não-europeias e a declarar que elas não possuíam uma história digna de ser estudada. Essa mentalidade resultava sobretudo da convergência de correntes de pensamento oriundas do Renascimento, do Iluminismo e da crescente revolução científica e industrial. O resultado foi que baseando-se no que era considerado uma herança greco-romana única, os intelectuais

---

<sup>9</sup> Algumas obras citadas como *Ta'rikh al-Sudan* e o *Ta'rikh el-Fattash*, ambos escritos em Tombuctu.

européus convenceram-se de que os objetivos, os conhecimentos, o poder e a riqueza de uma sociedade eram tão preponderantes que a civilização europeia deveria prevalecer sobre as demais. Consequentemente, sua história constituía a chave de todo conhecimento, e a história das outras sociedades não tinham nenhuma importância (FAGE, 2010, p. 13).

Era essa a mentalidade europeia que desqualificava e menosprezava sociedades e culturas diferentes, principalmente em relação a África, onde os europeus se interessavam em conhecer o continente somente sobre o ângulo que lhes convinha economicamente, ou seja, o tráfico de escravos. Como resultado, a falta de interesse e, até mesmo, o desconhecimento dos historiadores, por não compreenderem as tradições orais, o que contribuiu para a desqualificação das culturas orais, fortemente presentes na África, e até mesmo das fontes escritas, como citados anteriormente, pois não podia haver uma história adequada, segundo a visão dessa corrente historiográfica. Desse ponto de vista da história (isto é, da história escrita segundo o método de Ranke), a África tem sido vista como o continente a-histórico –opinião consistentemente sustentada, desde a sentença de Hegel (1779-1831).

A principal característica dos negros é que sua consciência não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem se encontraria com sua própria vontade, e onde ele teria uma ideia geral de sua essência. [...] O negro representa, como já foi dito, o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos de sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a ideia de caráter humano. [...] Entre os negros, os sentimentos morais são totalmente fracos – ou, para ser mais exato, inexistente. [...] Com isso, deixamos a África. Não vamos abordá-la posteriormente, pois ela não faz parte da história mundial; não tem nenhum movimento ou desenvolvimento para mostrar (HEGEL, 1995, p. 84-88).

As afirmações feitas por Hegel sobre a África começaram a ser infundadas, uma vez que os europeus lançaram os fundamentos de uma avaliação racional da história e das sociedades africanas, cuja exploração estava ligada, em partes, às reações contra a escravidão e ao tráfico de escravos. Assim, os europeus recolhiam os materiais<sup>10</sup> que encontravam escritos, na forma oral, e da Literatura, todos de grande valor para a História da África (FAGE, 2010).

Ainda que a influência de Hegel para a elaboração da história da África tenha sido desvanecida, essa opinião representou e foi aceita pela corrente historiográfica do século XIX, e, apesar de ser destituída de fundamentos, não deixa de ter adeptos, como aponta Fage (2010) em trechos de um curso proferido por um professor de História Moderna na Universidade de Oxford, que defendia que não se tinha uma história da África a ser ensinada

---

<sup>10</sup> Entre os materiais estavam os documentos escritos ou ainda as tradições orais e testemunhos que descobriram e a riquíssima literatura sobre os traços dos passados dos povos africanos.

por se tratar de fantasmagoria –ideias como esta, que sabemos ser um absurdo, já foi (ou talvez seja) defendida, formando a base de uma sociedade racista e que considera o continente africano inferior.

A concepção da corrente histórica positivista corresponde aos anseios de um regime colonial sobre os conhecimentos históricos da África, falseando e priorizando uma perspectiva em favor de uma concepção eurocêntrica de história universal. No entanto, é essa concepção que é disseminada por meio dos sistemas educacionais difundidos pelos europeus, e mesmo onde estes não têm uma dominação, os seus conhecimentos e aspectos historiográficos são impostos sobre a justificativa da modernidade (CURTIN, 2010).

Nessa visão eurocêntrica, outra corrente historiográfica que influenciou diretamente as produções foi a Historiografia Marxista, também conhecida como materialismo histórico, trouxe uma proposta de ensino voltada para a formação do cidadão político e crítico. Seus principais autores são Karl Marx<sup>11</sup> e Friedrich Engels<sup>12</sup>, apresentando uma oposição à tradição idealista alemã e trazendo como base o materialismo histórico<sup>13</sup>, “[...] no qual a dialética se propõe como superação tanto do positivismo como do idealismo” (FALCON, 1997, p. 152).

Ao tratar das correntes históricas em relação à História da África, percebemos então que tanto o positivismo quanto o marxismo adotam um posicionamento que se aproximam. Sobre esse aspecto, é relevante destacar que o conteúdo político das obras das duas correntes historiográficas é bastante enfático, sendo passível de ocultações diante da história do outro, o que favorece o fortalecimento de concepções eurocêntricas.

Percebe-se que representações construídas e difundidas por Hegel, em sua obra *Filosofia da História*, sobre o outro não-europeu, não pretendem negar as “verdades” hegelianas acerca da superioridade europeia, mas enfatizarem um certo deslumbramento místico sobre o não-europeu como uma forma de representação do outro.

---

<sup>11</sup> “Cientista social, historiador e revolucionário, Marx foi certamente o pensador socialista que maior influência exerceu sobre o pensamento filosófico e social e sobre a própria história da humanidade.” (BOTTOMORE, 2012, p. 379).

<sup>12</sup> “Filósofo, filho primogênito de um industrial têxtil, amigo e colaborador de Marx.” (BOTTOMORE, 2012, p. 206).

<sup>13</sup> Expressão que designa o corpo central de doutrina da concepção materialista da história, núcleo científico e social da teoria marxista. De acordo com a “Introdução” que Engels escreveu em 1892 para *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, o materialismo histórico designa uma visão do desenrolar da história que procura a causa final e a grande força motriz de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações dos modos de produção e de troca, na consequente divisão da sociedade em classes distintas e na luta entre essas classes (BOTTOMORE, 2012, p. 411).

Essa tradição marxista influencia a historiografia por meio das escritas de um grupo de historiadores britânicos, como: Eric Hobsbawm, Edward Thompson, Maurice Dobb, Christopher Hill, além da crescente circulação do pensamento de Antonio Gramsci<sup>14</sup> na Itália e de Walter Benjamin<sup>15</sup> na Alemanha, ambos considerados neomarxistas<sup>16</sup>. Esses autores abrem as portas para uma nova maneira de se escrever a história, permitindo a inserção de problemáticas que despertavam a consciência dos agentes históricos (FALCON, 1997).

Certa vertente do marxismo traz críticas às outras concepções de história por considerar que elas excluem ou consideram como coisa secundária a questão real da história – a base material. A chave da evolução histórica para Karl Marx estava na maneira como os homens produziam e usavam os instrumentos para criar os seus meios de subsistência. De forma simplificada, pode-se dizer que a história na visão marxista apresenta as seguintes características: a base real ou efetiva da história humana é a vida material; as ideias dominantes numa sociedade são as ideias da classe dominante; o modo de produção independe da vontade individual dos agentes históricos e corresponde a uma certa fase do desenvolvimento sócio-econômico; a chave da dinâmica da história está no conflito entre ‘forças produtivas e relações de produção’; a história caminha em direção à sociedade sem classes ou comunista; o proletariado é o principal agente da instauração da sociedade comunista (agente revolucionário) (AZEVEDO; STAMATTO, 2010, p. 714).

Nessa perspectiva teórica, ocorre uma explicação acerca dos processos e transformações que as diferentes sociedades passam, possibilitando ao aluno compreensão e posicionamento em relação aos processos históricos, passando a perceber a realidade social na qual está incluído, os fatores de diferenciação entre os grupos sociais, podendo, assim, problematizar e ser agente transformador da realidade social.

Desse modo, diante das perspectivas historiográficas elencadas acima, iremos então explicar a historiografia do século XX, a qual possibilitou transformações nos âmbitos da produção histórica. Nascida na França, a *Escola dos Annales*, liderada por Lucien Febvre<sup>17</sup> e Marc Bloch<sup>18</sup>, por muitos chamados como “os pais fundadores”. Para Le Goff (1990), esse movimento é responsável por uma renovação da história, que subverteu não somente o domínio tradicional da história, mas também o das ciências humanas, sociais e de todos os campos do saber.

---

<sup>14</sup> Intelectual italiano e filósofo marxista que trabalhou em vários cadernos e diferentes temas ao mesmo tempo, sujeito à censura da prisão às possibilidades incertas de acesso a fontes de informação, Gramsci escreveu 34 cadernos de anotações (BOTTOMORE, 2012, p. 266).

<sup>15</sup> “Walter Benjamin é provavelmente um dos mais importantes teóricos da cultura da tradição marxista. Pouco conhecido em vida, sua influência tornou-se imensa depois da Segunda Guerra Mundial” (BOTTOMORE, 2012, p. 56).

<sup>16</sup> Não iremos aqui ater à explanação dos variados autores que tiveram influência do pensamento marxista. Citamos estes intelectuais para fazer referência a debates de imensurável importância para a historiografia.

<sup>17</sup> Foi um influente historiador modernista francês, cofundador da chamada “*Escola dos Annales*”.

<sup>18</sup> Historiador francês e um dos fundadores da Escola dos Annales, pesquisador de História medieval.

A trajetória do Movimento dos Annales, pode ser dividida em três gerações. A primeira, que já tratamos anteriormente, impulsionada por Bloch e Febvre<sup>19</sup>, privilegiou a história econômica e social, opondo-se à história tradicional. A segunda geração, dominada pela presença de Fernand Braudel<sup>20</sup>, que sistematiza a noção de tempo histórico (curta duração, média duração e longa duração). Já na terceira geração não se observa mais o predomínio de determinados intelectuais, pois é forte o aspecto interdisciplinar/multidisciplinar, em que diferentes perspectivas e autores encontram espaço de atuação.

Observa-se o surgimento de uma nova orientação marcada por uma fragmentação teórica a partir das propostas de Le Goff, Pierre Nora e outros<sup>21</sup>. Há um rompimento com a preocupação da realidade social, da história total, como demandava o projeto original dos Annales, ocorrendo uma abertura para a História das Mentalidades, História Cultural, Antropologia Histórica e Nova História Política. A Nova História proporcionou um apontamento para uma nova forma de pesquisa histórica e, principalmente, mudanças relacionadas às concepções de fontes e objetos, ampliando os estudos históricos e possibilitando outras perspectivas de investigação e interpretação. Para Le Goff (1990), a História Nova ampliou o campo do documento histórico, substituindo a história tradicional e positivista, baseada nos textos, por uma história que se vale da multiplicidade de documentos, o que é uma conquista metodológica.

A *Escola dos Annales* tinha a preocupação em combater uma história política que enfatizava somente os grandes heróis e feitos e que, em nome da ciência, buscava a verdade do passado nos documentos, entre os quais aqueles não colocados como verdadeiros eram descartados. A Nova História, proposta por Febvre e Bloch, tinha o caráter interdisciplinar de diálogo com as demais ciências – a antropologia, a psicologia, a linguística, a geografia, a economia e, sobretudo, a sociologia –, problematizando o social, preocupada com as massas anônimas, os seus modos de viver, sentir e pensar. Uma história de estruturas em movimento, com grande ênfase no estudo das condições de vida material. Preocupada, enfim, não com a apologia de príncipes ou generais em feitos singulares, senão com a sociedade global, e com a reconstrução dos fatos em série passível de compreensão e explicação (VAINFAS, 1997).

---

<sup>19</sup> Lucien Febvre em seu livro *Combates pela história* forneceu várias bases contra a história política, diplomática, manual e filosófica, passiva diante dos fatos e sem problemas e deferente o que seria o porvir da história e seus diálogo com seus irmão antes ignorados (LE GOFF, 1990).

<sup>20</sup> Em sua obra sobre o Mediterrâneo Braudel trouxe um plano totalmente novo e revolucionário, um novo olhar sobre o Mediterrâneo e as relações humanas e o que ele chama de forças permanente.

<sup>21</sup> Referências importante, como o francês Roger Chartier, o inglês Burke, também se incluíam nesse grupo. Talvez se possa aqui incluir, com algumas ressalvas, a “micro-história” de Carlos Ginzburg. As principais referências desse grupo são textos de Foucault, Norbert Elias, G. Geertz, Pierre Bourdieu e Michel de Certeau.

É justamente esse caráter de interdisciplinaridade com outras ciências, como a antropologia, a linguística e a arqueologia, que ampliou os estudos referentes a História da África. No entanto, tais ciências estavam impregnadas de justificativas que colocavam a história do continente como inferior. Fage (2010) percebe que a história colonial referente à África está presente em muitos estudos: “[...] em primeiro lugar, uma das correntes mais importantes da arqueologia, ciência então em desenvolvimento, professava que, assim como a História, ela deveria orientar-se essencialmente pelas fontes escritas” (FAGE, 2010, p. 12) Nessa perspectiva, muito raramente se admitia que a África possuía monumentos suficientes para atrair a atenção das escolas arqueológicas.

Outro fator importante da Nova História é a busca por uma história problemática e não automática, aproximando os problemas da história com o tempo presente em um estado de inconstância definitivo. E é justamente nesse estado que a própria História se problematiza, problematizando as suas próprias abordagens. Nessa revista que, desde o início, pretendeu ser internacional, mas que foi sobretudo ocidental, e inclusive europeia, o desejo de se abrir mais amplamente, fora e contra qualquer eurocentrismo, para o mundo inteiro, em particular para o que vai ser chamado de terceiro mundo (LE GOFF, 1990, p. 34).

No século XX, com o avanço das pesquisas e as mudanças teóricas e metodológicas que influenciaram as Ciências Humanas e Sociais, uma nova perspectiva surgiu contribuindo para a valorização de culturas que não deixaram registros escritos, mas que legaram vestígios, o que proporcionou tanto a reavaliação histórica quanto o desenvolvimento de técnicas de pesquisa e de interpretação para esses tipos específicos de fontes. Desde esse momento, vem sendo crucial a valorização do trabalho metodológico com a oralidade e a importância da arqueologia como complementar à ciência histórica.

A aproximação da História com a Antropologia, realizada no século XX, foi significativa, uma vez que contribuiu para que houvesse uma compreensão da própria noção de história, cuja existência se dava, segundo a maioria das obras didáticas tradicionais, apenas após a invenção da escrita. Com a revolução da historiografia no século XX, os povos considerados sem escrita, esquecidos ou anulados pela “história da civilização”, a exemplo das populações africanas e indígenas, passaram a constituir sujeitos da produção historiográfica, o que não foi possível de se fazer sem acompanhar os debates teóricos, rever os métodos e fazer uso de novas fontes, como a memória oral, as lendas e os mitos, os objetos materiais, as construções, entre outros (BITTENCOURT, 2008).

No entanto, apesar da aproximação com outras ciências, entre as quais está a arqueologia, a História da África começa a tomar novos rumos a partir de 1947, com a *Société*

de *Culture* e a sua revista *Présence Africaine*, que passam a se empenhar para a ascensão de uma história descolonizada. A partir desse período, tem-se a forte presença de intelectuais africanos que definem o seu próprio enfoque em relação ao passado, passando assim a buscar uma identidade cultural, até então negada pelo colonialismo. Em 1948, com a multiplicação de novas universidades, algo raro<sup>22</sup> antes no continente, começaram a ser organizados departamentos de história com uma quantidade considerável de historiadores, que, de início, vinham de universidades não africanas, mas que depois da “africanização”<sup>23</sup> sobreveio rapidamente (FAGE, 2010, p. 21).

Do ponto de vista dessas novas tendências historiográficas, Curtin (2010) reconhece que chegaram contribuições de vários<sup>24</sup> lados para a História da África, no esforço de ampliar o quadro da História, voltando-se para povos até então negligenciados. E é nesse contexto que a história Africana já se constitui como preciosa contribuição para a história da humanidade, não somente para uma história paralela e particularista, trazendo a história do mundo a sua expressiva contribuição.

Dessa forma, a historiografia sobre a África se fortaleceu e passou a ser escrita do ponto de vista do seu próprio povo, e progressivamente vai se assemelhando a outras partes do mundo, trazendo importantes contribuições no que diz respeito à interpretação de novas fontes, como a tradição oral, a linguística e a arqueologia. Nos últimos 25 anos, equipes de universitários têm se dedicado ao ofício de historiador e à escrita da sua própria história, mas tudo isso somente foi possível devido ao processo de libertação colonial, o qual contribuiu grandemente para essa retomada e contato com a sua própria história.

É nesse sentido que Curtin (2010) desenvolve um capítulo: “Tendências recentes das pesquisas africanas e contribuição à história geral”, apresentado no livro *História geral da África I*. Nesse artigo, o principal objetivo é tornar conhecida a história da África, como é vista pelos africanos. Assim, a preocupação está em “[...] apresentar a África que ultrapassa os vestígios da história colonial e reata os laços com a sua própria história” (CURTIN, 2010, p. 37).

---

<sup>22</sup> Os estabelecimentos, os quais foram criados em 1864 Liberia College e em 1876 Fourah Bay College de Serra Leoa, vegetavam por falta de recursos, e as nove universidades que existiam na África do Sul em 1940 eram prejudicadas pela política segregacionista, em que o ensino era eurocentrista e a História da África não passava dos imigrantes brancos.

<sup>23</sup> O primeiro diretor africano de um departamento de História foi o professor K.O Dike, nomeado em 1956; logo após, formaram-se muitos estudantes africanos.

<sup>24</sup> Curtin (2010) destaca os vários lados, como a própria Europa, a Nova Escola na África, da Ásia e da América Latina e da Oceania.

No século XIX e no início do século XX, a marca do regime colonial sobre os conhecimentos históricos falseia as perspectivas em favor de uma concepção eurocêntrica da história do mundo, elaborada na época da hegemonia europeia. A partir daí, tal concepção é difundida por toda parte graças aos sistemas educacionais instituídos pelos europeus no mundo colonial. Mesmo nas regiões onde jamais se verifica a dominação europeia, os conhecimentos europeus, inclusive os aspectos da historiografia eurocêntrica, impõe-se por sua modernidade (CURTIN, 2010, p. 38).

Dessa forma, resumidamente, a historiografia africana pode ser dividida em três vieses, produzidos dentro e fora da África, por africanos e não africanos, segundo Luena Pereira (2008), sendo o primeiro o mais arraigado, que deriva de uma concepção racista, aquela que vê o continente Africano como homogêneo e um lugar a-histórico, no qual as culturas e sociedades são estáticas e primitivas, compostas de fragmentações tribais. Nesse viés, o movimento histórico começa a ser introduzido por meio do contato com o europeu em direção à evolução e ao progresso.

O segundo viés da historiografia africana, apresentado por Luena Pereira (2008), é derivado do afrocentrismo<sup>25</sup>, baseado na supervalorização do Egito antigo, enfatizando um passado grandioso, dominado pelos europeus a partir do tráfico e da colonização. Segundo a autora, nessa perspectiva, a África ganha uma posição de vítima da dominação externa, na qual o panafricanismo se assume como na condição de libertador. É a nova historiografia africanista, que, de acordo com Pereira (2008), superou os extremos dos dois extremos anteriores, propondo uma análise e uma crítica dos grupos africanos em todos os períodos da história, “[...] deixando de lado uma visão monolítica e homogênea do continente, seja para detrá-lo, situando-o fora da história, ou para glorificá-lo, situando-o, também numa excepcionalidade irreal” (PEREIRA, 2008, p. 262).

### **Possibilidade de caminho: abordagem do pensamento decolonial**

É inegável que a não escrita ou a escrita sobre a história da África tem uma profunda relação com o colonialismo, regime de exploração econômico, político, teórico, social e cultural – regime este que, com intencionalidade, inferiorizou a história do continente africano e de outros continentes, como o americano. Na África, a partir do período de descolonização, nota-se a forte presença de intelectuais africanos, que definem o seu próprio

---

<sup>25</sup> O afrocentrismo, tributário da virada africana rumo à autonomia política, nos anos 40 e 50, em que a afirmação do lugar da África na história universal cumpriu um papel fundamental, foi uma escola alimentada principalmente pelos afrodescendentes na academia norte-americana, em sua luta por visibilidade e afirmação internas. Essa corrente foi ganhando, posteriormente, uma dimensão muito maior fora da África do que dentro dela (PEREIRA, 2008).

enfoque em relação ao passado, buscando, assim, uma identidade cultural, até então negada pelo colonialismo.

Mais recentemente, uma nova perspectiva surgiu e pode ser relacionada com os estudos da História da África: o pensamento decolonial.

A decolonialidade é um termo que emergiu da necessidade de ir além da ideia de que a colonização foi um evento acabado, pois entende-se que este foi um processo que teve/tem continuidade, mesmo tendo adquirido outras formas. Por esse motivo, os estudiosos entenderam a necessidade de ampliar categorias e conceitos adequados à América Latina como uma iniciativa de desenvolver estudos acadêmicos dedicados a esta problematização (OLIVEIRA; LUCINI, 2021, p. 98).

O entendimento do pensamento decolonial, como forma de denúncia, de luta, mas também como teoria, conceitos e categorias no desenvolvimento da experiência histórica, tem origem nos fins do século XX, quando um grupo de estudiosos percebeu que, para estudar o colonialismo na América Latina e no Caribe, havia a necessidade de se ter conceituações e categorias próprias. Isso porque se entendeu que as formas de colonização se deram de maneiras diferentes em determinados territórios (OLIVEIRA; LUCINI, 2021).

A decolonialidade surge do rompimento com o pensamento pós-colonial, que, até então, desenvolvia trabalhos com conceituações e categorias voltadas para o processo de colonização na África e Ásia entre os séculos XVIII e XX. Esses estudiosos também romperam com o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, uma vez que criticavam o fato de o grupo não desenvolver uma análise crítica sobre o colonialismo na América Latina a partir dos fatos latino-americanos, mas sim partir das perspectivas dos indianos.

O pensamento decolonial é a luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos, consiste em uma prática de oposição e intervenção, que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais.

O pensamento decolonial reconhece a existência de epistemologias outras, as quais objetivam raça, gênero, classe, e as reflexões sobre as epistemologias do Sul Global são necessárias para localizar o início do sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial/europeu em 1492, cujas repercussões se apresentam como significativas para os teóricos da decolonialidade.

Torna-se evidente a centralidade do conceito de colonialidade de poder, entendido como a ideia de que a raça e o racismo são “o fardo do homem branco”, o qual tem de levar civilização e progresso por meio da violência da colonização, com o sangue dos povos.

Apesar dos avanços trazidos pelos estudos africanos, infelizmente, ainda é a visão eurocêntrica que predomina no ensino e nas salas de aula. Dessa forma, a Lei nº 10.639/2003, que fixa a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura da Africana e Afro-brasileira, e o pensamento decolonial podem trazer uma nova perspectiva de abordagem ao se distanciarem da historiografia colonialista e se aproximarem da historiografia pós-colonialista e escrita pelos próprios africanos e africanistas.

### **Encaminhamentos finais**

Buscamos neste artigo reforçar e defender a importância da História da África para o ensino na Educação Básica. O caminho percorrido demonstrou a percepção de História do ponto de vista tradicional e a percepção de História em África, perpassando as principais escolas historiográficas, *Positivismo*, *Marxismo* e *Escola dos Anales*, que possibilitaram transformações nos âmbitos da produção histórica. Destacamos a relação da História da África com as outras correntes. No entanto, ainda mais fundamental é a percepção de como a historiografia sobre a África se fortaleceu na medida em que passou a ser escrita segundo o ponto de vista do seu próprio povo, a qual progressivamente vai se assemelhando a outras partes do mundo, aportando importantes contribuições no que diz respeito à interpretação de novas fontes, como a tradição oral, a linguística e a arqueologia.

Por fim, apontamos como uma possibilidade de caminho o pensamento decolonial como uma luta contra o colonialismo reconhecendo outras epistemologias que propiciam uma pluralidade de abordagens sobre a história do continente africano e do afro-brasileiro, passíveis de serem vistos como um local de produção de saberes, técnicas, ideias e riquezas humanas. Encerramos, portanto, retomando a questão inicial: para que serve a história da África? Na nossa interpretação, a resposta defende que essa história é fundamental não apenas para ampliar seus conhecimentos, mas também para adquirir outra visão do sentido da história na humanidade, aquela que pode transformar a nossa sociedade e fortalecer argumentos contra o racismo, visando a uma identidade africana, brasileira, americana e latino-americana, rompendo, desse modo, com a barreira colonial que, por séculos, silenciou vozes e excluiu memórias.

## Referências

### Bibliografia

AZEVEDO, Crislane Barbosa; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Teoria historiográfica e prática pedagógica: as correntes de pensamento que influenciaram o ensino de história no Brasil. *Antíteses*, v. 3, n. 6, p. 703-728 jul./dez. 2010.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar 2012.

CURTIN, Philip D. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuições à história em geral. In: KI-ZERBO, J. (org.). *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. Brasília, DF: UNESCO: Secad/MEC: UFSCar, 2010. v. 1, p. 36- 58.

FAGE, J. D. A evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO, J. (org.). *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. Brasília, DF: UNESCO: Secad/MEC: UFSCar, 2010. v. 1, p. 1-22.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997. p. 61-91.

HAMA, Boubou; KI-ZERBO, J. Lugar da história na sociedade africana. In: KI-ZERBO, J. (org.). *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. Brasília, DF: UNESCO: Secad/MEC: UFSCar, 2010. v. 1, p. 23- 36.

HEGEL, G.W. F. *Filosofia da história*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1995.

KI-ZERBO, Joseph. (ed.). *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. Brasília, DF: UNESCO: Secad/MEC: UFSCar, 2010. v. 1.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, J. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. *Professores de história: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: MauadX, 2007.

OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINI, Marizete. O pensamento decolonial: conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência. *Boletim Historiar*, v. 8, n. 1, p. 97-115, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/index>. Acesso em: 20 maio. 2022.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. O ensino e a pesquisa sobre África no Brasil e a Lei 10.639. *Revista África e Africanidades*, ano 3, n. 11, p. 1-17, nov. 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2. ed. e reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Editora Campus, 1997. p. 217-235.